

(In)disciplinando a história: do passado histórico ao passado prático

Arthur Lima de Avila

¿Como podemos vivir así, sin saber en qué tiempo estamos?”, insistió Tolosa. ‘Si, que sabemos’, dijo Gorostiaga. ‘Es la tardecita. Viene la noche’” (KOHAN, 2010, p. 15)

“Verdade é o que me consome” (KERTESZ, 2002, P. 92)

Vivemos em tempos sombrios. Ou, melhor, *continuamos* vivendo em tempos sombrios. O infeliz século XX, como o nomeou Imre Kertesz (2004, p. 23-43), pode ter ficado para trás, mas sua cria, a vigésima-primeira centúria da Era Cristã, já nasceu em meio a sangue, fogo e gritos - não teria sido seu batismo o atentado contra o *World Trade Center* e a subsequente “guerra ao terror”, cujos horrores estão tão prenhos de significados? O fim da história, professado por Francis Fukuyama e alardeado por um sem número de apologistas da globalização capitalista, não passou de mera ilusão – ou falácia. O pesadelo do qual Stephen Dedalus tentou escapar continua assombrando nossas noites. Como dar conta dele? Como nós, historiadoras e historiadores, supostamente aqueles habilitados a dar sentido a esta aflição, podemos responder a ele – se é que podemos?

Esta indagação, claro, não é nova. Pelo contrário, ela tem sido recorrente entre aqueles interessados não só em teoria da história, mas nas funções sociais mais amplas da historiografia. A partir dela, outras antigas, mas ainda bastante necessárias, perguntas reemergem: qual deveria ser a serventia do passado para o presente? Aliás, deveria ter o passado alguma serventia para o presente? Deveria a disciplina histórica, ela própria fruto de contingências históricas específicas, ser naturalizada como a fiadora desta serventia? Afinal de contas, e encerrando estes questionamentos preliminares, deveria ser o passado submetido à guarda de uma imaginação disciplinada? Em uma conjuntura caracterizada por um suposto sentimento de crise nas searas de Clio, estes questionamentos não se tornam um mero exercício metateórico, apartado da prática historiográfica cotidiana: se levados a sério, podem abrir uma possibilidade para repensarmos alguns dos postulados mais amplos de nossa disciplina.

Tendo em vista estas inquirições, o objetivo deste ensaio é tentar abrir uma breve reflexão sobre e para a historiografia contemporânea, a partir da ideia de “passado prático” de Hayden White e suas críticas ao “passado histórico” disciplinado da

historiografia profissional. Desta forma, o texto está dividido em duas partes, além de um breve epílogo: na primeira, a partir dos postulados não só de White, mas também de Michel de Certeau e Chris Lorenz, tento pensar sobre o que significou e significa o disciplinamento o passado pela história; já na segunda, apresenta algumas das possibilidades abertas à historiografia a partir da noção de “passado prático”, especialmente diante de um presente que parece ter perdido a capacidade de produzir sua própria crítica e de uma disciplina que continua acreditando demasiadamente em seus centenários postulados.

Disciplinando o passando, gestando a história

Num texto célebre, originalmente publicado em 1982 e mais tarde replicado no fundamental *“The Content of the Form”*, Hayden White (1987, p. 58-82) demonstrou como a transformação da historiografia em uma disciplina pretensamente científica acarretou na domesticação da imaginação não só sobre o passado, mas também sobre o presente e o futuro. Este processo, na apreciação de White, cumpriu uma dupla função: desarmar as filosofias da história que imaginavam o passado a partir do presente (caso do marxismo, por exemplo) e, a partir desta mesma neutralização, condenar como “irrealista” toda e qualquer forma de pensamento utópico ou de transformação social mais radical. Burguesa por excelência e guiada pelos valores normativos da “objetividade” e da “neutralidade”, a historiografia profissional tornou-se, no decorrer dos anos, um repositório de interpretações “realistas” que, durante muito tempo, serviram às necessidades e demandas do *status quo*, talvez menos por militância ativa do que por um silêncio cúmplice.

Do mesmo modo, de acordo com a já clássica análise de Michel de Certeau (2002, p. 14-18), a historiografia disciplinada normatizou uma relação de cesura entre o passado e o presente, fazendo com que este fosse apenas o ponto de chegada daquele e não ele próprio um objeto de análise e/ou crítica dos historiadores. O presente afirmava-se, portanto, como o “não-dito” da escrita da história disciplinada. Para usar a formulação de Chris Lorenz (2014b, p. 30), os historiadores profissionais pressupunham “esfriamento” do passado na medida em que as décadas iam se sucedendo, não tendo ele nenhuma outra relação com o presente salvo a de ter o precedido temporalmente. Conseqüentemente, a disciplina histórica afirmava (afirma?) que as fronteiras temporais entre o passado e o presente eram bastante precisas, com os vivos habitando este e os mortos residindo nos “gélidos domínios” daquele: “portanto, o passado como um objeto

da história enquanto disciplina só pode existir na medida em que é ‘disciplinado’ – e, conseqüentemente, conquanto os mortos se abstenham de assombrar os vivos” (LORENZ, 2014a, p. 55). Sob o prisma da “distância histórica”, o passado era tomado como “naturalmente” separado do presente pelo simples passar dos anos.

Esse disciplinamento da “imaginação histórica”, para citarmos outra obra clássica de White (1973), conformou uma série de suposições e atitudes da historiografia profissional em relação ao passado e à sua função social, mais tarde naturalizadas e transformadas em pilares de sua ideologia disciplinar. Em seu magistral estudo sobre a história da ideia de objetividade na historiografia norte-americana, Peter Novick (1988, p. 1-2) descreveu muito bem tais fundamentos:

Compromisso com a realidade do passado e com a verdade como correspondência a esta realidade; uma separação clara entre sujeito e objeto, fatos e valores; e, principalmente, entre “história” e “ficção”. Os fatos históricos são tomados como anteriores e independentes da sua interpretação. (...). Quaisquer padrões que existam na história, eles são “encontrados”, não “criados”; (...) o significado dos eventos, apesar das mudanças de perspectivas dos próprios historiadores, é, assim, tomado como imutável.

Este passado disciplinado, portanto, corresponde àquilo que, mais recentemente, White (2012; 2014) chamou de “passado histórico”, isto é, o passado criado pela historiografia profissional e cuja finalidade mais imediata seria o estabelecimento de “verdades factuais” e empiricamente verificáveis sobre o que aconteceu no tempo antes de agora. O passado histórico se constituiu, assim, através do recalque da questão “o que devemos fazer” em prol da interrogação “isso é verdadeiro?” e, com isso, minimizava indagações mais amplas sobre os aspectos práticos que poderiam ser derivados do conhecimento histórico. Pouco importa, aqui ao menos, que historiadores e historiadoras de todas as ideologias tenham alugado ou vendido suas penas a senhoras diversas ou que a história dita científica tenha sido usada das mais diferentes formas; para a *doxa*, o passado histórico deveria ser produzido de forma desinteressada, desapaixonada e sem nenhum outro desígnio que não o cumprimento do adágio rankeano sobre o estabelecimento dos fatos “como eles realmente aconteceram”. Basta lembrar, por exemplo, das diversas acusações ou ataques à “politização” do passado como sendo um lugar-comum da retórica de deslegitimação usada por historiadores profissionais em suas diversas contendas. Pode-se afirmar, assim, que, por definição, o “passado histórico” mantém uma relação de recalque com seus próprios impulsos

práticos: ainda que existam, devem ser tratados como sendo algo secundário à atuação profissional.¹

Por uma questão de tempo e de espaço, não entrarei nos bastante conhecidos detalhes do desenvolvimento da disciplina no Ocidente, assim como suas críticas e resistências diversas. No entanto, é preciso apontar para os limites que o projeto disciplinar moderno encontrou a partir da segunda metade do século XX, especialmente em suas três últimas décadas, com a profunda transformação da realidade social que o possibilitou e legitimou. Dentre outras coisas, a crise do estado-nação, menos como entidade política e mais como comunidade imaginada², e a enormidade das catástrofes do século XX colocaram em questão vários dos pressupostos disciplinares e políticos, da historiografia profissional. As antigas certezas em relação à separação pretensamente objetiva e/ou natural entre passado e presente e à necessidade de se estudar o passado como um fim em si mesmo pareceram ruir diante da extensão da crueldade humana a limites talvez anteriormente inimagináveis, pela erosão das grandes narrativas herdadas do Iluminismo e, por consequência, do encolhimento dos horizontes de expectativa do próprio Ocidente. A ideia mesma de que a história teria alguma utilidade intrínseca acabou, para Andreas Huyssen (2003, p. 5), sendo “violentamente” refutada pelos acontecimentos dos últimos dois séculos. E como poderia ser de outro modo, se boa parte dos horrores modernos foram, em última instância, cometidos em nome da história e/ou sancionados pela própria historiografia? Como defender a legitimidade de um conhecimento que não fez nada para impedir a queda da modernidade no abismo por ela mesma criado?

Em suma, os eventos modernistas, como os chama White,³ do século XX, com toda a sua ainda inigualada carga de destruição e terror, assim como outros acontecimentos traumáticos de séculos anteriores, nos legaram aquilo que Lorenz (2014b, p. 30) chamou de “história quente” ou, nas palavras do genial William

¹ Se expandirmos a argumentação de White neste ponto, podemos concluir que estas exceções dizem respeito àqueles historiadores que tenham operado a partir de filosofias da história explícitas, caso, por exemplo, dos marxistas britânicos, ainda que nomes como Eric Hobsbawm e Edward Thompson tenham sucumbido em diversos momentos à empiria de senso comum e à ideia de objetividade dominantes na historiografia convencional. Podemos citar igualmente o norte-americano Frederick Jackson Turner, ele próprio um “presentista” assumido, e sua busca por um “passado útil” para os Estados Unidos— noção, contudo, perdida nos turnerianos mais convencionais, interessados apenas no estabelecimento de “verdades factuais” sobre a história estadunidense. Finalmente, a título de hipótese, podemos pensar que a separação entre os grandes historiadores e o senso comum disciplinar, assim, parece estar justamente na sua capacidade de transcender, em certos momentos, ao menos, as injunções disciplinares e o controle estrito de seus lugares de produção.

² Ver, sobre isso, as considerações de Maria Inés Mudrovcic (2014a; 2014b)

³ Sobre a definição de “evento modernista”, ver WHITE, 1999, p. 66-86 ; 2014, p. 41-62

Faulkner, “o passado que nem mesmo é passado”. Mais do que a “fragmentação” ou a “superespecialização” disciplinares, tão lamentadas por várias historiadoras e historiadores, não seria o esgotamento da realidade social que lhe deu origem o verdadeiro motivo das inúmeras crises que a história parece continuamente enfrentar (aliás, não seria a “crise contínua” um dos signos recorrentes, ao menos retóricos, da historiografia contemporânea?)⁴

Diante do escopo destas transformações e das fraturas que causaram naquele “tempo vazio e homogêneo” da modernidade, parecemos viver, agora, em um “presentismo catastrófico”, para usar a apta expressão de Chris Lorenz (2010), isto é, um presente que, acossado pelos legados de passados traumáticos diversos, não consegue mais escapar de si mesmo. Sem conseguir elaborar devidamente as heranças de passados que não passam, este presente perde gradualmente a capacidade de imaginar futuros que não sejam simples extensões de si mesmo. Nesse contexto, esta “qualidade de clausura”, nos termos de Wendy Brown (2005, p. 11), acaba conferindo ao nosso tempo a qualidade sombria da qual falei em minhas linhas iniciais:

Esta qualidade de encerramento, este aprisionamento no presente, é parte significativa do que torna nossos tempos obscuros hoje - na verdade, é isso que faz com tempo e mundo se colapsem em um, porque o tempo, apesar de toda sua velocidade, parece ter parado de ir para frente ou de nos levar a algum lugar.

Este presentismo, nas análises de François Hartog (2007; 2014) e Manuel Cruz (2014), impõe uma relação bastante paradoxal do presente com o passado: se, por um lado, vivemos imersos em uma “cultura de memória” que faz do passado um imenso repositório de imagens, dados e fatos passíveis das mais diversas apropriações, por outro, esse mesmo passado se torna bastante opaco, quando não desprovido de qualquer sentido ou utilidade mais ampla para o presente. Como afirmou acidamente Manuel Cruz (2014, p. 223), “um presente incompreensível, uma realidade inconcebível, um mundo naturalizado só aceitam viajar ao passado *de visita*”. Dito de outro modo, este presentismo parece tornar a história impotente (HARTOG, 2014, p. 36): os historiadoras e historiadores continuam compondo suas linhas sem que, contudo, pareça existir uma crença mais ampla naquilo que escrevemos. “Arcano, provisório e técnico”,

⁴ Maria Inés Mudrovcic (2014b) recentemente argumentou, de forma instigante e provocadora, que, com a superação da realidade social que lhe deu origem, a disciplina histórica estaria fadada ao desaparecimento, principalmente pela possibilidade de emergência de novos estilos de vida coletivos que não necessariamente precisem ser legitimados pela historiografia disciplinada. Não é de se espantar, assim, a tenacidade com que determinados historiadores e historiadoras defendem a disciplina; não seria esta virulência não só uma tentativa de desistoricizá-la, como de garantir sua existência *ad aeternum*?

para citar White (2012, p. 128), o passado dos historiadores transformou-se não só em apenas mais um dos vários modos de lidar com o passado, como em um com cada vez menos capacidade de intervir nas grandes questões do nosso tempo, em que pese nossa contínua fé na pretensa autoridade indisputável da “ciência histórica”. Diante deste quadro, digamos, não muito alentador, cabe voltarmos àquela velha indagação kantiana: o que fazer? Continuar insistindo numa suposta autoridade moral da disciplina histórica em lidar com o passado diante de todas as outras formas? Persistir na defesa de ideais disciplinares que a todo o momento parecem dar claro sinal de esgotamento? Recolher-nos à torre de marfim da “ciência” e ter somente nossos pares como interlocutores? Ou, pelo contrário, buscar, mesmo que sem certeza de sucesso, alguma outra forma de devolver à história aquela dignidade que ela (talvez) mereça?

Passado prático, história crítica

Parece-me que uma das possibilidades para tanto, e aqui a intenção é justamente abrir um espaço para uma necessária reflexão teórica e política maior, está na discussão crítica daquilo que White (2014, p. 3-24), a partir dos trabalhos de Michael Oakshott, recentemente chamou de “passado prático”. Segundo White (2014, p. 9-10), a ideia de um passado prático envolve a ação ativa de um presente que busca não a simples atestação empírica do “que realmente aconteceu”, mas encontrar no passado um significado que lhe dê “razões para ações a serem tomadas no presente em nome de um futuro melhor do que aquilo que atualmente existe” (WHITE, 2014, p. 9). Guiadas pelo que White (2014, p. 10) chamou de impulso ético, estas noções do passado representam, assim, aquelas nas quais:

Baseamo-nos, de maneira espontânea e da melhor forma que pudermos, para informação, ideais, modelos e estratégias para a resolução de todos os problemas práticos - de assuntos pessoais a programas políticos grandiosos - dentro do que pensamos ser nossa situação atual. Este é o passado de memória, sonho e desejo, tanto quanto é da solução de problemas, estratégia e táticas de vida, tanto pessoal como comunitária.

Desta forma, a noção de um passado prático acarreta a tomada de decisões sobre como uma comunidade deseja viver e sobre qual passado deseja para tanto (um *topos*, aliás, recorrente na obra de White)⁵, ou, como colocou Herman Paul (2011, p. 143): “um modo de ‘recomeçar’, não se livrando ingenuamente do fardo do passado, mas através de sua transformação de modo a estimular a ação criativa ao invés da mera

⁵ Sobre isso, ver DORAN, 2010, p. xxii-xxxii & DORAN, 2013, p. 1-34.

contemplanção ativa”. Esta noção altera, assim, a relação entre passado e presente que tradicionalmente se impunha na e pela historiografia disciplinada. Antes de ser um “fim em si mesmo”, com a meta de estipular a “diferença de circunstâncias” (HOBSBAWM, 1998, p. 34) entre passado e presente, um engajamento prático com o passado implica em estudá-lo não para revelar sua verdade empírica ou para providenciar uma “legitimidade” ao presente, mas para “descobrir o que é necessário para encararmos um futuro que gostaríamos de herdar ao invés daquele que fomos forçados a agüentar” (WHITE & DOMANSKA, 2008, p. 18-19).

Se, como vimos acima, um dos efeitos do presentismo, na análise de Fredric Jameson (2014, p. 42), é uma espécie de recalque da historicidade, uma das formas de crítica a ele está justamente em um “redespertar da historicidade” que permita abri-lo de seu próprio encerramento. Este “redespertar da historicidade” do presente permitiria, assim, o reconhecimento, nas palavras de Brown (2001, p. 150), do “presente como história”, ou seja, tanto daquilo que pode ser estabelecido empiricamente sobre o passado quanto o que “sobrevive do passado, o que é conjurado por ele, como gerações e eventos passados ocupam os campos de força do presente, como eles nos reivindicam e como eles assombram, acometem e inspiram nossas imaginações visões para o futuro”.

Ao considerarmos o presente como o entrecruzamento de processos e temporalidades diversos e não acabados, poderemos, assim, tentar sensibilizar os seres humanos para os elementos dinâmicos ali existentes e, com isso, ajudar no processo de elaboração e, se possível, de libertação dos “fardos do passado”.⁶ Sem a afirmação acrítica de continuidades ou rupturas temporais especiosas, podemos como foi dito acima, *escolher* os passados de acordo com nossas demandas presentes e com os futuros que desejamos ver realizados, pois, como escreveu Wendy Brown (2001, p. 137), o complexo problema político da relação entre o passado e o presente não pode ser resolvida somente com a remissão aos “fatos históricos” e sua “verdade empírica”. Não basta simplesmente “itemizar as devastações” (BROWN, 2001, p. 137) ocorridas no

⁶ A libertação dos fardos da história, nos moldes da argumentação clássica de White (1994), parece envolver aquela elaboração do passado que Theodor Adorno (1986), há seis décadas, definia como necessária não só para que a “vida lesada” do pós-Segunda Guerra pudesse ser minimamente saudável, mas para que a ameaça do ressurgimento do nazi-fascismo fosse neutralizada. Desta maneira, a libertação do passado significa não seu esquecimento, obviamente, nem sua objetificação extrema como algo que efetivamente passou, mas o engajamento ativo com o que restou deste passado no presente, sua crítica pública e a possibilidade de um processo de luto sobre o que se perdeu, por exemplo, sem que isto signifique sua superação completa – um risco que, para White, pode envolver a ilusão de um controle completo do passado similar àquele contemplado por ideologias autoritárias. Sobre isso, ver WHITE, 1994 & 1999; PIHLAINEN, 2013 & LaCAPRA, 1998.

século XX, por exemplo, ou atestar factualmente sua existência – coisas que, bem sabemos, não são nada difíceis de serem feitas. É preciso ir *além*.

Antes, contudo, um breve comentário. Se White, de forma bastante polêmica e compreensível, busca contrapor dicotomicamente este “passado prático” ao “passado histórico” da historiografia profissional, não é essa minha intenção. Embora White postule, na maior parte das vezes, uma diferenciação absoluta entre ambas as noções, acredito que a relação entre elas é muito mais de tensão do que de divisão.⁷ De acordo com a análise precisa de Lorenz (2014b, p. 29-46), parece existir um caráter relativo à distinção proposta por White mais do que necessariamente uma separação ontológica entre estes dois domínios. Desta forma, podemos tratar do “passado histórico” e do “passado prático”, ao menos para os fins que movem esse ensaio, como dois diferentes modos de se representar e enfrentar o passado. Se em algumas importantes searas da disciplina ainda parece perdurar uma ideia de que o estudo do passado é, em última instância, um fim em si mesmo (mesmo que os antigos valores de “objetividade” e “neutralidade” sejam minimamente colocados em questão)⁸, em outras, principalmente naquelas às margens do *establishment* disciplinar, uma apreciação “prática” do passado, em termos similares àqueles postulados por White, parecem vir ocorrendo há algum tempo.⁹

⁷ Lorenz (2014b) aponta para a tensão que existe na argumentação do próprio White sobre o que definiria o “passado prático”. Se em alguns momentos, White parece conceitualizar o “passado prático” e o “passado histórico” como sendo mutuamente excludentes, criando uma oposição acentuada entre a historiografia profissional e outras representações do passado, em outros ele inclui certas áreas da disciplina, como a historiografia sobre o Holocausto ou a história das religiões, por exemplo, no âmbito do passado prático. No entanto, ao contrário do que afirma Lorenz, não penso que estas indefinições comprometam o argumento geral de White; pelo contrário, elas demonstram que há muito terreno a ser explorado sobre as relações entre estas duas *formas* de se pensar e representar o passado.

⁸Recentemente, Giovanni Levi (2014, p. 1-20), por exemplo, definiu o trabalho do historiador em três aspectos somente: pesquisar, resumir e comunicar. Com isso, Levi resume a operação historiográfica principalmente à sua esfera investigativa, considerando a escrita como um mero exercício de comunicação sobre os achados nos arquivos e minimizando o papel da imaginação histórica ao ato de preencher as lacunas das fontes – ou seja, exatamente aquilo que modelo disciplinar consolidado no século XIX defendia.

⁹De certa forma, as ponderações de White sobre o “passado prático” e sua crítica contundente à historiografia disciplinada devem ser entendidas sob o prisma de seu notório descontentamento, para dizer o mínimo, com as ambições políticas e éticas absolutamente limitadas de boa parte dos historiadores profissionais. Mesmo discordando de algumas das críticas pontuais de White à historiografia ou de sua tendência a criar uma profissão mais monolítica do que ela de fato é, e concordando com Lorenz sobre a necessidade de refinamento da ideia mesma de “passado prático”, penso ser tal polêmica fundamental para que se desnudem alguns dos pressupostos disciplinares herdados do século XIX e que, de todo modo, continuam dando sustentação a uma *ideia* de disciplina histórica que me parece não ser mais factível para nosso mundo pós-fundacional. Dados o notório comportamento dos historiadores em continuar com seu *business as usual* diante de debates teóricos mais contundentes, seu desdém pela teoria da história e a tendência profissional a esvaziar e/ou encerrar discussões fundamentais para sua própria sobrevivência, me parece que o tom controverso de White não é somente desejável: é profundamente necessário.

Sendo assim, e tomando livre inspiração nas reflexões mais amplas de Hayden White e Wendy Brown, gostaria de elencar algumas *possibilidades e consequências* para uma historiografia ancorada em uma visão *prática* do passado. Em primeiro lugar, isto significa levar a sério as consequências políticas e éticas de determinadas interpretações historiográficas e seu papel performativo na construção do tempo histórico. Em outras palavras, é preciso relativizar qualquer ideia pré-concebida de que o passado se separa do presente de forma natural. Quando um notório historiador brasileiro, por exemplo, afirma que “a escravidão no Brasil está superada e não tem nada a dizer para o presente”, ele está ativamente construindo uma cesura entre dois tempos históricos e operando dentro de certa tradição disciplinar: estabelecendo uma óbvia verdade factual (o fim da escravidão) e desprovendo-a de qualquer sentido maior para o presente. Num país em que 77% dos jovens assassinados são negros (um índice absolutamente aterrador e considerado pela própria Anistia Internacional como indicando algo próximo a um genocídio) e em que os afro-brasileiros compõem a maioria da população pobre e indigente¹⁰, tal posição, mesmo que sancionada pelos padrões da disciplina, não parece contribuir para uma inteligência crítica de nosso presente.¹¹ De modo similar, quando Niall Ferguson, um afamado historiador e economista do Reino Unido, declara que o Império Britânico fora, em última instância, um “agente de civilização”, apesar de alguns pequenos erros, ele está, por sua vez, juntando-se ao cortejo triunfal de vencedores que, mesmo após o término do império em que o sol nunca se punha, continuam mostrando o mesmo descaso, quando não desprezo, pelas vítimas, inúmeras, deste “processo civilizatório”.¹² Em ambos os exemplos, temos posturas que ou negam qualquer tipo de relação imediata entre passado e presente ou naturalizam, talvez de forma irrefletida, as atuais condições nacionais e globais de dominação econômica e social como “aceitáveis”, quando não “desejáveis”.

Em segundo lugar, significa reconhecer que, enquanto historiadores e historiadoras, não somos os “proprietários” do passado e que a história, como já colocara Michel de Certeau (1987, p. 205) há três décadas, é um discurso construído e contestado coletivamente. Atirados à arena pública, podemos agir não como somente como os fornecedores de certas verdades empíricas, os confirmadores da ordem

¹⁰ Ver http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf (acesso em 09.09.2014) Sobre a campanha da Anistia Internacional, ver <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/> (acesso em 10. 11. 2014)

¹¹ Ver <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/manolo-florentino> (acesso em 09.09.2014)

¹² Ver <http://www.lrb.co.uk/v27/n10/letters#letter1> (acesso em 09.09.2014)

estabelecida ou os provedores de um sem-número de dados e fatos sobre o passado, mas como aqueles que, para usar as palavras de Joan W. Scott (2007, p. 35), iluminam os pontos cegos que mantêm os atuais sistemas sociais intactos e inviabilizam como “irreais” as alternativas a eles. A *desestabilização* das premissas fundacionais em que descansam algumas de nossas inquestionadas ou naturalizadas “verdades” políticas e sociais (SCOTT, 2007, p. 26) seria, assim, uma a meta de uma historiográfica efetivamente crítica. Podemos tomar como exemplos desta “desestabilização” as postulações de algumas áreas não necessariamente conectadas ao *mainstream* historiográfico, como os estudos pós-coloniais e os feministas, que, para além das platitudes disciplinares sobre “distância” e “objetividade”, se engajam *praticamente* com o passado com o intuito de, para citar Paul Gilroy em seu belíssimo “*O Atlântico Negro*” (2001, p. 30), ir contra as “clausuras das categorias com as quais conduzimos nossas vidas políticas”.¹³

Em terceiro lugar, e isto é extremamente caro a um pensador como White, refletir sobre o passado prático envolve uma reflexão sobre o *conteúdo da forma* da escrita da história, principalmente no que se refere à narrativização de certos eventos históricos, ou seja, “a imposição de uma forma de estória em uma série de eventos reais” que, de um modo ou outro, lhes dá uma coerência e uma completude que são essencialmente imaginárias (WHITE, 2014b, p. 94). Dito de outro modo, certas narrativizações do passado tentam criar uma ilusão de linearidade, de continuidade e de estabilidade como elementos fundamentais da “realidade” – mesmo que estas características sejam uma *imposição* ao caos do processo histórico e não sua realidade inerente. Uma narrativização da realidade passada é essencialmente, nas palavras de White (1987, p. 1-25), um processo de moralização desta mesma realidade, com todas suas consequências estéticas e políticas. Antes de ser um simples problema de como “comunicar” as “descobertas” do arquivo à audiência, o “enredamento” é uma condição intrínseca à escrita da história. Portanto, se conteúdo e forma são inseparáveis sob ponto

¹³Este impulso prático parece também estar por trás de historiografias sobre grupos e temas até recentemente ignorados pelo *mainstream* acadêmico, como os estudos feministas (que, através de figuras como Gayatri Spivak, tem um profícuo diálogo com os estudos pós-coloniais/decoloniais, além de serem críticos mordazes da historiografia convencional) e os estudos sobre escravidão e diáspora africana, que buscam tanto o estabelecimento de “verdades” factuais sobre estas ocorrências, quanto o estabelecimento de um sentido para elas – como atestam não só os trabalhos de Paul Gilroy, mas também as obras pioneiras de Franz Fanon e Stuart Hall, assim como o exemplo mais recente de Eduardo Grüner. Não custa lembrar que, para a *doxa*, parte desta historiografia fora identificada com o “pós-modernismo” e o “desconstrucionismo” e, por isso, deslegitimada como “história autêntica” – o que diz muita coisa sobre a sobrevivência e a sustentação de certos não-ditos disciplinares.

de vista teórico, isto se constitui como um problema essencial para uma escrita da história que busque ir além dos postulados disciplinares dominantes.

Tomemos como exemplo disto a refiguração do passado do Sudoeste norte-americano efetuada pela escritora mexicano-americana Gloria Anzaldúa (1987), em que forma e conteúdo são claramente indissociáveis um do outro. Em seu famoso trabalho sobre as *borderlands* entre o México e os Estados Unidos, Anzaldúa, cuja escrita era movida por uma necessidade ética de dar voz aos hispano-americanos pobres, às mulheres mestiças, aos indígenas e àqueles cujas feridas históricas continuavam operando no presente, funde línguas, passando do inglês ao espanhol e do espanhol ao nahuatl num mesmo parágrafo; combina prosa e poesia, de modo que a segunda desestabilize a primeira; mistura temporalidades diversas, passando dos anos da brutalidade da Conquista espanhola à violência racista dos *Texas Rangers* do século XX numa única página, rompendo, assim, a linearidade do tempo histórico; mescla “fatos” e “ficção”, sem demarcar uma fronteira nítida entre ambos; e medita politicamente sobre o significado da história das *borderlands* não só para o seu país natal, mas para a própria modernidade.

Finalmente, uma apreciação prática do passado implica tanto a adoção de certo ceticismo linguístico quanto o abandono de quaisquer pretensões universalizantes que buscam enquadrar todo e qualquer evento histórico numa ordem pré-determinada tomada como “natural”.¹⁴ Dito de outro modo, ela reconhece que não há escapatória ao pluralismo historiográfico e que a tão lamentada fragmentação de temas, objetos e narrativas dos dias de hoje é condição *sine qua non* para uma historiografia que se pretende crítica. Ao contrário de assumir posições dogmatizantes e que buscam antes encerrar certas perguntas do que abrir novas imaginações, os historiadores precisam trabalhar para permitir mais e mais indagações em relação ao passado. Para a *doxa*, evidentemente, isso traz a ameaça daquele espectro chamado “relativismo”, ou seja, a suposta licença para que qualquer coisa possa ser dita sobre qualquer evento passado. Não foi essa justamente a acusação feita por Carlo Ginzburg a White, ecoado de modos diversos por toda uma hoste de historiadores firmemente comprometidos com as veneráveis regras seculares da disciplina histórica?

¹⁴ É evidente que isto não significa um chamado ao abandono de perspectivas de longa duração ou da deslegitimação de trabalhos deste tipo, ancorados ou não em alguma filosofia da história mais ampla (o marxismo, por exemplo). Significa apenas que estas “grandes narrativas” devem ser vistas como apenas mais uma dentre as várias opções estéticas, éticas e cognitivas disponíveis para o enredamento de determinados processos e eventos.

De modo algum, contudo, tal posicionamento sanciona a mentira, a enganação para fins espúrios e a má-fé como prática historiográfica, pois afirmar que um dado evento pode ter múltiplos significados, todos possivelmente plausíveis, não é a mesma coisa que dizer que ele nunca ocorreu, por exemplo, ou afirmar que toda e qualquer representação do passado tem o mesmo valor cognitivo.¹⁵ Uma mentira continua sendo uma mentira não importa quantos cidadãos de bem acreditem nela. A distinção importante aqui, de acordo com White (2010, p. 310-311), não é entre “ideologia” e “objetividade”, como querem alguns críticos mais apressados, mas entre representações do passado que são mais ou menos explícitas sobre sua natureza construída e o modo como admitem essa construção em seu próprio conteúdo. Sendo assim, a adoção de uma perspectiva cética e, usemos a tão temida palavra, relativista, implica no reconhecimento de que qualquer interpretação do passado é limitada, provisória e falha em suas intenções de significar algum evento histórico, qualquer que seja ele.¹⁶ Ademais, isto também acarreta no reconhecimento de que existem incontornáveis

¹⁵ Como o próprio White (1994, p. 114) afirmou: “quando se trata de comparar interpretações distintas de um mesmo conjunto de fenômenos históricos numa tentativa de estabelecer qual é o melhor ou mais convincente, muitas vezes somos levados a confusão ou a ambigüidade. *Isso não significa que não podemos distinguir entre a boa ou a má historiografia, de vez que, para definir essa questão, podemos recorrer a critérios como responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo, a consistência lógica e assim por diante*” (grifo meu).

¹⁶ Recentemente, em seu discurso de abertura no Congresso Nacional da Associação Nacional de História, Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 10-11), seu presidente, mesmo não nomeando seus interlocutores, afirmou ser “ingênuo” o “relativismo cético”, imputando-lhe uma pretensa disposição a aceitar qualquer representação do passado como tendo o mesmo valor cognitivo e a ignorar a empiria como algo fundamental à prática dos historiadores e historiadoras. Do mesmo modo, Motta parece sugerir que a simples adição de fatos às disputas públicas sobre o passado pode servir como antídoto a negacionismos, más-fés e mentiras de toda a ordem. Ainda que suas considerações sejam movidas por uma incriticável preocupação com o papel público da disciplina, elas me parecem bastante equivocadas. Em primeiro lugar, negacionistas e fundamentalistas nunca foram relativistas – como, aliás, lembrou White (2005) em sua polêmica com A. Dirk Moses. Longe de afirmar que o “passado é um texto”, a desídia negacionista opera a partir da mesma retórica objetivista e empirista da disciplina histórica, buscando justamente o respeito que tais noções conferem a discursos pretensamente realistas. Do mesmo modo, aqueles que foram as ruas Brasil afora pedindo o retorno dos ditadores ao poder estão longe de esposar qualquer tipo de “relativismo cético” e, justamente por conta disso, não me parece que “mais fatos” irão os convencer da perversidade de suas posições. Finalmente, é uma distorção tremenda afirmar que historiadores que defendem posturas abertamente céticas advogam que “discursos com pretensão à verdade devem ser desprezados como puro resquício do positivismo” (SÁ MOTTA, 2014, p. 10). Ninguém “despreza” a verdade factual, pois, como dito acima, a atestação do que ocorreu no passado não é nada difícil. O que está em questão é justamente aquele “realismo crítico”, tão defendido por Sá Motta em sua fala, que nega a performatividade do texto historiográfico; que opera a partir de uma antiquada noção de “distância histórica”; que continua sustentando uma cientificidade dúbia e aparentemente incapaz de autocrítica; que persiste acreditando que os “fatos históricos” possuem sentidos em si mesmo; que sujeita a resposta às questões fundamentais de nosso tempo à mera busca por “conhecimento”, como se isso, por si só, pudesse nos dizer alguma coisa sobre o *significado* de certos passados para o presente; e que se coloca como o árbitro moral definitivo das representações do passado que não atendem aos seus questionáveis critérios sobre a “correspondência da verdade” àquilo que tomam como o “mundo real”, como podemos ver nos contínuos e entediantes ataques dos historiadores à literatura e outros discursos ficcionais. Este “realismo crítico” não nos salvou dos desastres do século XX. Como poderia agora consegui-lo?

barreiras à representação do passado e que o silêncio é constituinte da escrita da história pois, como brilhantemente lembrou Herta Müller (2013, p. 16), “não é verdade que há palavras para tudo”. Finalmente, uma postura cética permitiria um constante exercício de “deslealdade” por parte dos historiadores e historiadoras em relação às verdades sancionadas pela disciplina e pela comunidade imaginada em que vivem; os historiadores e historiadores poderiam, assim, para usar os termos de Joan Scott (2007, p. 26), escrever o “tipo de história que pode servir como uma ‘alavanca’, desenterrando as premissas fundacionais de nossas ‘verdades’ sociais e políticas’ e, com isso, abrir o espaço para novas histórias – cuja direção não pode, e nem deve, ser determinada e cujo fim nunca virá. Se não queremos nos tornar, se é que já não o somos, nas belas palavras de Manuel Cruz (2014), “fragmentos inertes de matéria incorporados ao real que apenas conservam a forma humana”, tal operação me parece, assim, fundamental para abrir novas imaginações sobre o que ocorreu, o que ocorre e o que pode, enfim, ocorrer.

Epílogo?

Num mundo em que a falta de imaginação ameaça a própria existência da democracia, seqüestrada por oligarquias plutocráticas e transformada num mero exercício formal de eleições periódicas; numa era em que o estado de exceção parece ter se tornado a realidade de boa parte dos habitantes do globo, seja sob a forma do terror de Estado ou do terror econômico; num momento em que os fantasmas de fundamentalismos diversos proclamam únicas e assassinas verdades; numa conjuntura em que o capitalismo global em sua voracidade e rapacidade cada vez maiores põe em questão o futuro mesmo do planeta; num contexto em que nossos horizontes de expectativa diminuem constante e rapidamente e em que o próprio tempo parece não levar-nos a lugar algum, salvo a um “aqui e agora” cada vez mais onipresente e opressor; enfim, num presente que, para parafrasear o *gaucho* Gorostiaga em sua *charla* com Tolosa, parecemos estar testemunhando o fim da tarde, não poderia a história nos ajudar a tolerar a noite que parece se aproximar?

Sim - se, contudo, não tiver ela própria medo do presente... ou do futuro.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. What does coming to terms with the past mean? In: HARTMAN, Geoffrey (org.). **Bitburg in Moral and Political Perspective**. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 114-129.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BROWN, Wendy. **Politics Out of History**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

BROWN, Wendy. **Edgeworks: critical essays on knowledge and politics**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

CERTEAU, Michel de. **Heterologies: discourse on the Other**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRUZ, Manuel. **Adiós, História, Adiós: el abandono del pasado en el mundo actual**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

DORAN, Robert. Humanism, formalism and the discourse of history. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: essays on history, literature and theory, 1957-2007**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010. p. xxii-xxxii.

DORAN, Robert. Choosing the Past: Hayden White and the philosophy of history. In: DORAN, Robert (org.). **Philosophy of History after Hayden White**. New York/London: Bloomsbury, 2013. p. 1-33.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

HARTOG, François. **Regímenes de Historicidad**. Mexico: Universidad Iberoamericana, 2007.

HARTOG, François. **Crear en la Historia**. Santiago de Chile: Universidad Finis Terrae, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

JAMESON, Fredric. Utopia as Method, or the Uses of the Future. In: GORDIN, Michael D., TILLEY, Helen & PRAKASH, Gyan (org.). **Utopia/Dystopia: Conditions of Historical Possibility**. Princeton: Princeton University Press, 2010. p. 21-44.

- KERTESZ, Imre. **Kaddish por uma Criança Não Nascida**. São Paulo: Imago, 2002.
- KERTESZ, Imre. **A Língua Exilada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- KOHAN, Martin. **Los Cautivos**. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.
- LaCAPRA, Dominick. **Representing the Holocaust: history, theory, trauma**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. In: **Revista Tempo**, vol. 20, 2014. p. 1-20.
- LORENZ, Chris. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (org.). **Performing the Past: memory, history, and identity in Modern Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 67-102.
- LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango: history between the “practical” and the “historical” past. **Storia della Storiografia**. vol. 65, n. 1. 2014a, p. 29-46.
- LORENZ, Chris. Blurred Lines: history, memory and the experience of time. **International Journal for History, Culture and Modernity**. Vol. 2, n. 1, 2014b. p. 43-62.
- MUDROVCIC, Maria Inés. Time, history, and philosophy of history. In: **Journal of the Philosophy of History**, n. 8. 2014a, p. 1-26.
- MUDROVCIC, Maria Ines. [About lost futures or the political heart of history](#). In: **Historein**, vol. 14, n. 1. 2014b. p. 7-21
- MÜLLER, Herta. **O Rei se Inclina e Mata**. São Paulo: Globo, 2013.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream: the “objectivity question” and the American historical profession**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. New York: Polity, 2011.
- PIHLAINEN, Kalle. The work of Hayden White II: defamiliarizing narrative. In: PARTNER, Nancy & FOOT, Sarah R (org.). **The Sage Handbook of Historical Theory**. London: Sage, 2013. p. 119-133.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto de. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira. In: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/2940-texto-da-conferencia-de-abertura-do-simposio-nacional-de-historia>. (acesso em 10.10.2015)
- SCOTT, Joan W. History-writing as critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). **Manifestos for History**. London: Routledge, 2007. p. 19-38.

WHITE, Hayden & DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, vol. 12, n. 1. March, 2009. p. 3-21.

WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in the 19th century**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

WHITE, Hayden. **Figural Realism: studies on the mimesis effect**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

WHITE, Hayden. The public relevance of historical studies: a reply to A. Dirk Moses. In: **History & Theory**, vol. 44, n. 4. October, 2005. p. 333-338.

WHITE, Hayden.

WHITE, Hayden. Politics, history and the practical past. **Storia della Storiografia**, vol. 1, n. 61, 2012. p. 127-134.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.